

JORNAL



PETROLEIROS



Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil



É HORA DE LUTAR!

Vivemos um momento fundamental da luta política no Brasil e no mundo. Vemos um genocídio ao vivo, promovido por Israel contra o povo palestino e vemos a estrutura global de Direitos Humanos ruir nas mãos do imperialismo e do colonialismo. Os Estados Unidos, que são a ponta de lança desse fenômeno, ameaçam a soberania brasileira com sanções e bravatas que buscam uma intervenção no judiciário para forçar uma anistia aos golpistas e ao condenado Jair Bolsonaro, mas sobretudo uma intervenção política que visa nossos recursos estratégicos.

As pautas impopulares e corporativas aprovadas pelo Congresso nas últimas semanas demonstram mais uma vez que a Câmara virou um balcão de negócios de costas para o povo brasileiro. A revolta popular contra esses absurdos gerou marchas históricas em todo o Brasil e devolveram o povo ao protagonismo da luta, conseguindo inclusive barrar a vergonhosa PEC da blindagem, que buscava encobrir crimes de parlamentares. Esse deverá ser o tom do próximo período em todas as frentes: muita luta e organização.

Na Petrobrás, também vivemos um momento chave, com a negociação de um Acordo Coletivo de Trabalho histórico. Sabemos que não será fácil, mas temos colocado com muita firmeza que não fecharemos o ACT sem a resolução definitiva dos PED's, que infernizam a vida dos nossos aposentados, aposentadas e pensionistas. Precisamos estar mobilizados e firmes para recuperar direitos perdidos e avançar nas pautas que garantam dignidade à categoria petroleira.

ARTIGO



Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil

Manifestantes foram as ruas em todo o Brasil

Por que os atos contra a PEC da Blindagem foram tão fortes?

A organização popular deve se fortalecer no dia a dia, expressando uma agenda que unifique as pautas da classe trabalhadora

Por Pedro Carrano*

Há anos a esquerda e as forças populares não levavam tanta gente pras ruas, em todas as capitais e, ao total, 35 cidades do Brasil. Contra a Anistia, pela punição aos golpistas, pela Soberania e contra a PEC da Blindagem/Bandidagem do Congresso; em Curitiba a Boca Maldita ficou lotada, como há anos não se via.

Salvador, Natal, Recife, Rio, Aracaju e Belo Horizonte, entre outras, mostraram muita força. Na maior cidade do país, SP, o ato em julho havia tido 15 mil pessoas e agora alcançou 42,4 mil de acordo com USP e Cebrap. Análises e fotos apontam que deve ter sido maior.

A presença massiva se deve ao caráter antipopular escancarado da Câmara ao aprovar a PEC da Blindagem e da Anistia. Além disso, o neofascismo neste ano se desgasta e perde capacidade de mobilização ao erguer bandeiras dos EUA e ficar ao lado da taxaço e das ameaças ao país, permitindo à esquerda retomar a bandeira da Soberania.

A presença de setores médios anima a mobilização da esquerda, mantendo o desafio central de ampliar a participação popular e da classe trabalhadora.

Temos que registrar também uma conjuntura importante, na qual o governo Lula reagiu às pressões de Trump, e há espaço para avançar ainda mais. A pressão das ruas é essencial neste sentido, afinal trata-se do primeiro protesto massivo da história durante um governo Lula. Antes delegava-se ao governo qualquer responsabilidade. A compreensão de pressão por parte das forças populares e de posicionamento

firme do governo é fundamental no próximo período. O enfrentamento, afinal, dá resultados e anima as pessoas a participar.

CONGRESSO ELITISTA

O caráter elitista do Congresso, avesso às necessidades reais dos trabalhadores, deve ser denunciado pelas forças de esquerda, para acumular em mobilização.

Nalgum momento, depois do Plebiscito pela Constituinte do Sistema Político, em 2014, com 8 milhões de votos, perdemos a capacidade de aglutinar em torno da crítica ao Congresso, permitindo que o neofascismo ganhasse forças com o sentimento de crítica às instituições. Essa crítica é nossa, não deles, centrão neoliberal e neofascismo, que estão abraçados nas benesses do orçamento secreto, nas pautas privatistas e em buscar se absolver dos próprios crimes.

A redução da jornada de trabalho, a Soberania com direitos populares, o combate ao neofascismo, a taxaço dos ricos e o investimento público, com a retomada das empresas estatais, devem conformar uma agenda nacional de mobilizações.

Nosso papel neste momento histórico é fortalecer a organização popular, a unidade das forças populares, construindo uma agenda comum que mobilize milhões.

A organização popular deve se fortalecer no dia a dia, já os atos devem expressar uma agenda que aglutine e seja construída em unidade pelas forças.

*Pedro Carrano é integrante da coordenação da Frentes de Organização dos Trabalhadores (FORT).



mobilizações deram o tom da campanha de negociação do ACT: não haverá conquistas sem luta

PETROLEIROS SE MOBILIZAM CONTRA PRIVATIZAÇÃO DA PBIO E LANÇAM PAUTA PELO BRASIL SOBERANO

Sindipetro realizou atos em quatro unidades e reforçou a luta contra a privatização da PBio e por avanços nas negociações do Acordo Coletivo de Trabalho

Por Vitor Peruch

Nos 72 anos da Petrobrás, a categoria petroleira voltou a reafirmar seu compromisso com a soberania nacional e denunciar as ameaças de privatização que rondam o Sistema Petrobrás. Ao longo da semana de aniversário da estatal, o Sindipetro Unificado promoveu quatro atos em São Paulo – no Terminal da Transpetro de São Caetano do Sul, na Refinaria de Capuava (Recap), na Refinaria de Paulínia (Replan) e no Terminal de Barueri. Esses atos se somaram às mobilizações convocadas pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) em todo o país e principalmente nas unidades da PBio, em Montes Claros (MG) e Candeias (BA), que também contaram com presença de representantes do Sindipetro Unificado.

As mobilizações deram o tom da atual campanha reivindicatória e mostraram que, enquanto o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) é negociado, a categoria segue atenta e atuante diante dos riscos de retrocessos. O foco das manifestações foi a denúncia do projeto de privatização da Petrobras Biocombustível (PBio), subsidiária criada em 2008 para fomentar a produção de biocombustíveis a partir da agricultura familiar e que hoje corre o risco de ser transferida à iniciativa privada sob o argumento de “parcerias estratégicas”.

Para os sindicatos, o modelo de negócio proposto pela atual gestão da Petrobrás repete a lógica de desmonte adotada em gestões passadas, com terceirização da atividade-fim, cessão de trabalhadores e precarização das relações de trabalho. “A PBio é parte essencial da transição energética. Entregar suas usinas ao capital privado significa abrir mão do controle sobre um setor estratégico para o futuro do país”, afirmou o diretor do Sindipetro Unificado e da FUP, Pedro Augusto, durante o ato em Barueri.

Na Refinaria de Paulínia, o engenheiro e coordenador da área de Responsabilidade Social da Replan, Uiran Kopcak, destacou que o fortalecimento da PBio é indispensável para o avanço dos combustíveis renováveis: “A Petrobrás precisa ter domínio sobre

a cadeia de produção dos biocombustíveis. Uma PBio mais forte, comprando ou construindo novas usinas, é essencial para o futuro da companhia e para uma transição energética justa.”

Além da defesa da PBio, as manifestações também pautaram outros dois eixos centrais definidos pela FUP: a situação dos planos da Petros e as condições de trabalho no ACT. A federação considera a solução dos equacionamentos previdenciários uma condição para o fechamento do acordo coletivo, ao lado de garantias de estabilidade, segurança, saúde e valorização dos trabalhadores próprios e terceirizados.

Em Barueri, o diretor Steve Austin lembrou que os problemas com terceirizadas são recorrentes e afetam diretamente a categoria: “Temos empresas atrasando salários, cortando benefícios e desrespeitando contratos. Por isso defendemos que o ACT inclua um Fundo Garantidor, que assegure o pagamento dos trabalhadores em caso de calote. A Petrobrás precisa ser corresponsável por quem presta serviço em suas unidades.”

Os atos também foram marcados pela solidariedade entre gerações. A aposentada Eliane Frozel, com 36 anos de Petrobrás, cobrou apoio da ativa para a luta dos aposentados e pensionistas. “Desde 2019, já perdemos quase metade da renda com os equacionamentos da Petros. Não podemos mais fazer greve, então dependemos da força de quem está na ativa para manter nossos direitos”, afirmou.

Os protestos também serviram como termômetro para a mesa de negociações do ACT. Segundo a diretora da FUP e coordenadora do Sindipetro Unificado, Cibeles Vieira, a mobilização da base fortalece a posição da categoria. “A Petrobrás sabe quando a categoria está organizada. Nossa pauta é clara: defender a PBio, resolver os equacionamentos da Petros e garantir um acordo coletivo digno, que valorize quem constrói essa empresa todos os dias”, disse.

O NEFASTO LEGADO DE BOLSONARO PARA A PETROBRÁS

A reportagem do Sindipetro Unificado resgatou os episódios que demonstram como o governo do agora condenado Jair Bolsonaro desmontou a Petrobrás, colocou em xeque a soberania nacional e prejudicou o povo brasileiro. Além da trama golpista, que incluía o assassinato do presidente Lula, diversas outras ações precisam ser investigadas e julgadas – a começar pela entrega do patrimônio da maior estatal do país.

Fechamento da Fafen- PR

Em 2019, Bolsonaro iniciou a retirada da Petrobrás do setor de fertilizantes. Hibernou as Fafens da Bahia e Sergipe, e em 2020 fechou a Fafen Paraná, deixando mais de mil trabalhadores desempregados. Na pandemia, teve a pachorra de se vangloriar de comprar fertilizantes na Rússia, sendo que tinha fechado a fábrica. O governo Lula reabriu a unidade.

Venda da TAG e Dutos

Em abril de 2019, a Petrobrás vendeu a Transportadora Associada de Gás (TAG), responsável por quase toda a malha de gasodutos do Norte e Nordeste. O negócio bilionário entregou a infraestrutura estratégica ao capital estrangeiro e a Petrobrás passou a alugar as próprias estruturas.

Venda da Liquigás

No fim de 2020, a Liquigás foi privatizada. Empresa essencial para o fornecimento de gás de cozinha, passou para as mãos de um consórcio privado e impactou diretamente o bolso da população. Os sindicatos filiados à FUP, como o Sindipetro Unificado, realizaram diversas ações de distribuição de gás a preço justo nas comunidades para denunciar esse processo.



Governo Bolsonaro conclui a venda da BR Distribuidora

No fim de 2020, a Liquigás foi privatizada. Empresa essencial para o fornecimento de gás de cozinha, passou para as mãos de um consórcio privado e impactou diretamente o bolso da população. Os sindicatos filiados à FUP, como o Sindipetro Unificado, realizaram diversas ações de distribuição de gás a preço justo nas comunidades para denunciar esse processo.

Refinarias entregues

Entre 2021 e 2022, quatro refinarias foram vendidas: Rlam (BA), Reman (AM), SIX (PR) e RPCC (RN). A entrega reduziu a capacidade nacional de refino e elevou os preços dos combustíveis, especialmente no Norte e Nordeste. Vendida sob o argumento de “aumentar a competitividade” e combater o monopólio da Petrobrás, na prática consolidaram monopólios privados nas regiões. O governo colocou à venda 8 das 13 refinarias da estatal.

Dividendos recordes, povo penalizado

Enquanto a Petrobrás era fatiada, os acionistas lucraram R\$ 316 bilhões em apenas dois anos, valor superior ao lucro líquido da empresa. O preço da gasolina, do diesel e do gás de cozinha disparou, pesando no bolso dos brasileiros, por causa do famigerado Preço de Paridade de Importação (PPI) que baseava os preços dos derivados no dólar, sendo que são produzidos em real.



Trabalhadores da Emthos fecham acordo com empresa

TRABALHADORES DA EMTHOS CONQUISTAM REAJUSTE, ABONO E BENEFÍCIOS APÓS GREVE

Categoria encerrou paralisações e aprovou acordo coletivo que garante 5,13% de reajuste, abono de 24% do salário, vale alimentação de R\$ 490 e manutenção do plano de saúde

Por Vítor Peruch

Após greve e semanas de impasse, os trabalhadores da Mythos Engenharia aprovaram um Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) que garante reajuste salarial, pagamento de abono, ampliação de benefícios e estabilidade em direitos. A assinatura ocorreu após mobilização liderada pelo Sindipetro Unificado e decisões judiciais que pressionaram a retomada das atividades na Refinaria de Paulínia (Replan).

O novo ACT, com vigência entre 1º de setembro de 2025 e 31 de agosto de 2026, estabelece reajuste de 5,13% sobre os salários, além de um abono indenizatório correspondente a aumento real de 2% ao mês, totalizando 24% do salário-base ao longo de um ano, pago em seis parcelas.

Também foram garantidos benefícios como ticket alimentação de R\$ 490,44, refeição no local de trabalho sem desconto em folha, cesta natalina no valor de R\$ 600 e transporte gratuito. A empresa manterá ainda plano de saúde pela Central Nacional Unimed, com coparticipação limitada a 25%, além de seguro de vida adicional ao obrigatório pelo INSS.

Entre as conquistas econômicas, destacam-se ainda o pagamento de salários até o 30º dia de cada mês, horas extras remuneradas em 50% nos dias úteis e 100% em domingos e feriados, adicional de periculosidade de 30% e adicional de interinidade assegurado a partir do primeiro dia de substituição não eventual.

O processo de negociação foi marcado pela greve. A primeira paralisação ocorreu em 4 de setembro, após rejeição unânime da proposta inicial da empresa, que previa apenas 4,5% de reajuste. A segunda começou em 9 de setembro e foi encerrada dois dias depois, após decisão judicial que determinou multa diária de R\$ 100 mil caso a greve fosse mantida.

Apesar da intervenção da Justiça, dirigentes do Sindipetro

destacaram o saldo positivo da mobilização. “Tivemos grandes avanços em todo o processo de negociação. O movimento garantiu conquistas econômicas e sociais que a proposta inicial não contemplava”, afirmou Steve Austin, diretor do sindicato.

Para o advogado João Faccioli, que acompanhou as negociações, a decisão de encerrar a greve foi estratégica. “O juiz determinou o retorno imediato sob pena de multa. A categoria optou por preservar os ganhos conquistados e seguir negociando em mesa e nas audiências de conciliação”, explicou.

Dirigentes também ressaltaram o impacto simbólico da paralisação. “Além das conquistas financeiras, houve uma vitória emocional. Eles são resistência e referência para os demais terceirizados do Sistema Petrobrás”, disse Vereníssimo Barsante, diretor do Sindipetro.

A avaliação é compartilhada por Rodrigo Araújo, também dirigente sindical: “A greve da Emthos mostra a importância da luta dos trabalhadores. Depois de dois dias, a empresa se viu obrigada a atender em parte o que estava sendo pleiteado. É um exemplo para outros contratos dentro do Sistema Petrobrás.”

Embora o acordo assinado represente um avanço em relação à proposta inicial, a direção sindical afirma que a mobilização terá continuidade em outras frentes. O próximo passo é acompanhar a tramitação do dissídio coletivo no Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo e manter a categoria mobilizada para novas disputas contratuais.

Com a assinatura do ACT, os prestadores de serviço da Emthos Engenharia, que atua em serviços de manutenção na Replan e em outras unidades do Sistema Petrobrás, passam a contar com um pacote de direitos considerado mais robusto do que o inicialmente ofertado pela empresa.



Debate sobre saúde dos trabalhadores é pauta prioritária do Sindipetro Unificado

SEMINÁRIO IRÁ DEBATER EXPOSIÇÃO AO BENZENO NA REPLAN

Relatórios das visitas técnicas realizadas pela engenheira Vanessa Farias serão apresentados, com debate e encaminhamentos; participação da categoria é fundamental

Por Vítor Peruch

A regional Campinas do Sindipetro Unificado realiza, no dia 28 de outubro, o Seminário de Exposição ao Benzeno da Replan, das 9h às 17h, em sua sede no Jardim Chapadão. O encontro encerra um processo desenvolvido em parceria entre trabalhadores, sindicato e a engenheira e perita Vanessa Farias, responsável pela elaboração dos relatórios técnicos.

Durante o seminário, será apresentada a exposição dos relatórios de cada visita realizada na refinaria, atualmente em fase de revisão. O evento terá também rodas de debate e servirá para definir os encaminhamentos a partir das análises feitas. A organização reforça a importância da confirmação de presença, uma vez que haverá almoço para os participantes.

Retorno da engenheira Vanessa Farias
A atividade integra a agenda de novas visitas técnicas programadas entre os dias 28 e 31 de janeiro de 2025. Nesse período, Vanessa Farias, que já esteve na refinaria em outubro de 2024, retorna tanto à Replan quanto à sede regional do Unificado, em Campinas.

Engenheira de Segurança do Trabalho

e mestre em Saúde Coletiva, com mais de 12 anos de experiência em perícias judiciais e consultoria a sindicatos, Vanessa atua ao lado dos petroleiros na avaliação de condições de trabalho, segurança operacional e impactos na saúde do trabalhador. Em outubro, a perita destacou pontos críticos que exigem rearranjos e novos parâmetros de segurança, sobretudo em setores estratégicos como Craqueamento (CCF) e Coque.

Benzeno mata

O seminário do Sindipetro Unificado se soma a outras iniciativas recentes sobre o tema, como o evento realizado pela Fundacentro em setembro, que reuniu especialistas e sindicatos para discutir a exposição ao benzeno e a outros agentes cancerígenos. Trata-se de mais uma atividade fundamental em defesa da saúde dos trabalhadores, ampliando o debate sobre prevenção, monitoramento e a urgência de limites realmente protetivos.

O benzeno é uma substância altamente tóxica, classificada como cancerígeno pela Organização Mundial da Saúde (OMS), associada ao desenvolvimento de

leucemias e outros tipos de câncer, além de provocar danos neurológicos, imunológicos e respiratórios.

A direção do Sindipetro acredita que assim como nas visitas anteriores, a contribuição dos trabalhadores será essencial. Os relatos individuais e coletivos sobre as rotinas de trabalho, dificuldades enfrentadas e sugestões de melhorias são elementos fundamentais para enriquecer a análise. O objetivo é que o relatório final represente, de fato, a realidade vivida pelos petroleiros da Replan e sirva como instrumento de luta por melhores condições de saúde e segurança.

SERVIÇO

Seminário de Exposição ao Benzeno da Replan

Sindipetro Unificado – Rua Cônego Manoel Garcia, 1010, Jardim Chapadão, Campinas

28/10, das 9h às 17h

É necessário confirmar presença para participação no almoço

PADRE JÚLIO LANCELLOTTI VISITA SINDIPETRO UNIFICADO

Lancellotti irá debater sobre moradia social, em parceria com o Fundo Haja, que atua na recuperação de imóveis vazios.

No dia 17/10, às 17h, o Sindipetro Unificado recebe o padre Júlio Lancellotti para uma conversa sobre moradia social, em parceria com o Fundo Haja, associação que transforma imóveis vazios em moradias acessíveis em Campinas. O encontro é gratuito, com vagas limitadas, na sede do sindicato (Rua Cônego Manoel Garcia, 1010, Jardim Chapadão). Leia a matéria completa acessando o QR Code ao lado.





Israel mantém ampla impunidade e avança no extermínio do povo palestino

GENOCÍDIO DE ISRAEL EM GAZA COMPLETA DOIS ANOS

Israel busca extermínio e deslocamento total de palestinos de Gaza; a região está inabitável e os palestinos condenados ao exílio e à fome

Por Marcelo Aguilar

No dia 7 de outubro, completam-se dois anos de maior tragédia do nosso tempo: o genocídio promovido pelo Estado de Israel contra o povo palestino na faixa de Gaza. Dois anos em que assistimos, ao vivo, algumas das maiores atrocidades das que a história humana tenha registro. Desde os primeiros ataques aéreos de Israel, em 2023, a população civil de Gaza enfrenta um cotidiano de bombardeios, deslocamentos forçados e colapso absoluto das mínimas condições de vida. Israel impõe um regime de terror e morte na faixa e um estado de permanente deslocamento. Segundo dados da agência para Palestina da ONU, 1,9 milhão de palestinos – 90% da população do território – foram deslocados de suas casas. A destruição da infraestrutura é quase total, nas últimas semanas Israel dedicou-se a derrubar todas as torres mais altas da cidade de Gaza. A crise humanitária é agravada pela fome deliberada e planejada imposta aos palestinos.

Não há consenso sobre a quantidade de assassinatos cometidos pela entidade sionista em Gaza. Os dados oficiais mostram que são mais de 62 mil, mas os números podem estar amplamente subnotificados. Por exemplo, o ex-chefe das Forças de Defesa de Israel (FDI), Herzi Halevi, afirmou que são mais de 200 mil as vítimas do genocídio. Halevi dirigiu

as FDI até março deste ano. Números organizados pela inteligência israelense e divulgados pelo jornal britânico The Guardian, mostram que apenas 8,9 mil dos mortos eram militantes do Hamas e milícias palestinas aliadas, ou seja: 83% das vítimas são civis. O direito internacional proíbe essa prática, mas Israel tem colocado em xeque toda a estrutura de proteção internacional dos Direitos Humanos.

O presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, foi enfático nesse sentido no seu discurso na abertura da Assembleia Geral da ONU, realizada no final de setembro: “Nada, absolutamente nada, justifica o genocídio em curso em Gaza. Ali, sob toneladas de escombros, estão enterradas dezenas de milhares de mulheres e crianças inocentes. Ali também estão sepultados o Direito Internacional Humanitário e o mito da superioridade ética do Ocidente”.

Pressão internacional

Em setembro, finalmente a Comissão Internacional Independente de Inquérito da ONU divulgou um relatório em que conclui que Israel comete genocídio contra o povo palestino. O documento identificou quatro dos cinco atos definidos pela Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio de 1948, entre eles assassinatos em massa, imposição deliberada da fome, deslocamentos forçados e danos físicos e

psicológicos severos.

A presidenta da comissão, Navi Pillay, ex juíza da Corte Penal Internacional, destacou que a omissão internacional fortalece a continuidade da violência: “Se os Estados permanecerem em silêncio e não tomarem nenhuma ação, isso não é ser neutro... Isso significa estar envolvido e ser cúmplice na prática do genocídio.”

Enquanto crescem os apelos diplomáticos e aumentam os países que reconhecem a existencia do Estado Palestino, a sociedade civil também organiza ações diretas. Ativistas pela Palestina, paralisaram “La Vuelta”, maior competição de ciclismo da Espanha, em protesto contra a presença do time de Israel. A Flotilha Global Sumud, composta por cerca de 50 embarcações vindas da Europa e do Norte da África, partiu do Mediterrâneo com a meta de romper o bloqueio naval de Gaza e entregar ajuda humanitária. A Itália também registrou grandes protestos contra o genocídio, assim como diversos outros países no mundo. A solidariedade internacional abre um elo de esperança frente à maior tragédia humanitária do nosso tempo, possível graças a uma perversa cumplicidade internacional e blindagem aos crimes de Israel, que lhe garantem gigantesca impunidade.